

A POLÍTICA DE COTAS NA UFG: DESVELANDO O PERFIL DOS ESTUDANTES COTISTAS

THE POLITICS OF QUOTAS IN UFG: DISCLOSING THE
PROFILE OF QUOTAS' STUDENTS

LA POLÍTICA DE CUOTAS EN UFG: DESVELANDO EL
PERFIL DE LOS ESTUDIANTES DE CUOTAS

*Chaiane de Medeiros Rosa**

*Ana Maria Gonçalves***

Resumo: O presente artigo apresenta a política de cotas adotada na Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do programa UFGInclui. Focaliza a realidade social, cultural, econômica e escolar dos estudantes que ingressaram na Universidade por meio da reserva de vagas. O estudo, além de considerar aspectos que antecedem o ingresso dos alunos cotistas na universidade, analisa quem são os estudantes cotistas e seu desempenho no momento do vestibular e após o ingresso na universidade. A análise desenvolvida se realiza a partir de dados estatísticos obtidos nos questionários socioeconômicos do processo seletivo. Enfim, mostra o perfil do aluno cotista da UFG, de modo a desvelar as contradições existentes em torno das cotas nessa Universidade.

Palavras-chave: Educação superior; UFGInclui; política de cotas; ações afirmativas.

Abstract: This article presents the politics of quotas adopted at the Federal University of Goiás (UFG), through *UFGInclui* program. It focuses on the social, cultural, economic and school reality of students who entered into the University through reserve of quotas. The study, in addition to consider aspects that precede the entry of quota students into the University, analyzes who are the quota students and their performance at the time of the vestibular and after entry into the university. The analysis was developed by using statistical data obtained from socioeconomic questionnaires of the selection process. Finally, it shows the profile of the quota student at UFG in order to reveal the contradictions around the quotas in such University.

Keywords: Higher education; UFGInclui; quota politics; affirmative action.

Introdução

Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 2000, encontra-se em curso no Brasil um acentuado debate em torno das desigualdades sociais no país. Esse quadro foi influenciado, sobretudo, a partir da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban no ano de 2001, que instou os países participantes do evento, e signatários da Declaração e Programa de Ação nele produzidos, a se posicionarem sobre as desigualdades raciais. Nesse contexto, no Brasil, ganhou notoriedade a questão das políticas de democratização do acesso à educação superior, consolidadas, principalmente, por meio de reserva de vagas – as cotas – para grupos historicamente subrepresentados da

sociedade.

No bojo da Conferência de Durban, bem como em razão das pressões decorrentes das lutas sociais dos negros, a temática das ações afirmativas para acesso à educação superior brasileira passou a compor uma série de debates no âmbito social, político e acadêmico, bem como se tornou parte de diversos projetos de leis. O debate sobre as ações afirmativas surgiu, portanto, em razão das desigualdades sociais e raciais que acometem os brasileiros, bem como em decorrência de acordos firmados internacionalmente, e se relaciona com a necessidade de garantir a todos os indivíduos, independente dos condicionantes sociais, econômicos, culturais ou étnicos, o acesso a esse nível de ensino. Sendo assim, nos anos 2000 foram criados programas, projetos e proposições com vistas a atender os grupos minoritários da sociedade, principalmente os afrodescendentes.

Essas ações culminaram no ano de 2012 na Lei 12.711, que estabeleceu a obrigatoriedade de as instituições federais de educação superior reservarem, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, um percentual mínimo de cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas da rede pública. Além do critério social (egressos de escola pública), a lei adotou, de forma conjunta, o critério racial, ao instituir que em cada instituição federal de educação superior as vagas reservadas aos alunos provenientes de escolas da rede pública serão destinadas, por curso e turno, para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à dos pretos, pardos e indígenas da população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entretanto, anterior à referida lei, que institui a reserva de vagas obrigatória para todas as instituições federais de educação superior, algumas instituições já haviam implantado suas próprias políticas de ações afirmativas, dentre elas a Universidade Federal de Goiás (UFG). O programa de cotas da UFG, denominado UFGInclui, foi aprovado no dia 01 de agosto de 2008 pela Resolução CONSUNI nº 29, sendo decorrente de estudos, pesquisas e debates no âmbito da Universidade sobre a questão das ações afirmativas, e especificamente sobre a política de cotas. Pauta-se, pois, na necessidade de incluir estudantes provenientes de classes populares nas instituições de educação superior.

O programa UFGInclui é destinado aos egressos de escola pública, negros egressos de escola pública, indígenas, quilombolas e estudantes surdos para o curso de Letras: libras. Portanto, o modelo de programa de ação afirmativa adotado pela UFG baseia-se, sobretudo, nos condicionantes socioeconômicos dos estudantes, tendo em vista que os negros, para serem beneficiados pelo programa, terão que ser, necessariamente, provenientes da rede pública de ensino.

O presente estudo ancora-se, portanto, em variáveis como escolaridade dos pais, características étnico-raciais, perfil socioeconômico, forma de preparação para o ingresso na universidade, e origem escolar para compreender quem são os optantes pelo programa UFGInclui, em quais cursos eles ingressam, e como é o desempenho desses alunos no momento do processo seletivo e também após o ingresso na universidade. Busca-se, pois, estabelecer uma análise sobre as categorias sociais incluídas na UFG a partir do programa de cotas. Assim, esse estudo volta-se para a compreensão das desigualdades relacionadas ao acesso à educação superior.

Com vistas a melhor compreender as questões que envolvem, direta ou indiretamente, o acesso dos grupos socialmente desfavorecidos da sociedade na UFG realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio da análise de conteúdo dos dados referentes aos ingressantes na Universidade entre o primeiro período de 2009 e o primeiro período de 2012, os quais foram disponibilizados pelo Centro de Seleção (CS) da instituição.

Antecedentes ao ingresso na Universidade

Considerando que o acesso à educação superior no Brasil é fortemente marcado pelas desigualdades de oportunidades, torna-se importante compreender a realidade social, econômica, escolar e cultural dos ingressantes na UFG. Vale ressaltar que as ações afirmativas, em nosso país, originalmente vinculavam-se aos negros, mas acabaram beneficiando outros segmentos étnico-raciais, e até mesmo assumindo a dimensão de “cotas sociais” (BRASIL, 2012).

A análise do perfil escolar dos pais dos ingressantes possibilita identificar a influência da formação dos genitores na escolarização dos filhos. Considerando os dados concernentes à escolarização dos pais dos alunos ingressantes na UFG, constata-se que as mães apresentaram maior nível de escolaridade que os pais. Nos níveis de escolarização mais baixos, que correspondem desde a falta de escolarização até o ensino médio incompleto, os homens foram maioria. Porém, quando se analisa os mais altos níveis de escolarização, partindo do ensino médio completo até a pós-graduação, as mulheres compuseram a maioria em percentual.

Tabela 01: Nível médio de escolarização dos pais dos ingressantes na UFG de 2009 a 2012

Nível	Mães	Pais
Ensino Médio completo	29,8%	26,7%
Ensino Superior incompleto	6,85%	6,21%
Ensino Superior completo	20,26%	19,35%
Pós-Graduação	13,35%	8,65%

Fonte: CS/UFG.

De 2009 a 2012, 29,8% das mães dos ingressantes na UFG possuíam ensino médio completo, e no grupo dos pais esse índice foi de 26,7%; com ensino superior incompleto as mães representaram 6,85% e os pais 6,21%; das mães, 20,26% possuíam ensino superior completo e dos pais esse índice foi de 19,35%; e, por fim, considerando a pós-graduação, 13,35% das mães possuíam esse nível de ensino, ao passo que considerando o grupo dos pais apenas 8,65% o possuíam. Depreende-se, a partir desses dados, que as mulheres, ao buscarem mais instrução, exercem maior influência na trajetória escolar dos seus filhos, incentivando-os a construir uma vida escolar mais extensa.

A observação da escolaridade dos pais possibilitou, também, identificar que o percentual de pais, dos classificados nos vestibulares da UFG, com ensino superior incompleto, completo, ou com pós-graduação foi de apenas 37,33%. Os pais com ensino médio completo representaram 28,25%; os com ensino médio incompleto compuseram 6,78%; os que possuíam ensino fundamental completo representaram 5,34%; os com ensino fundamental incompleto 17,57%; e os sem nenhuma escolarização ficaram em torno dos 2,08%.

Diante desse quadro, constata-se que os alunos ingressantes na UFG vão possuir, após a conclusão de seus cursos, maior nível de escolarização que seus pais. Considerando os ingressantes na universidade no primeiro semestre letivo de 2012, constata-se que ao final da graduação, 73,5% dos alunos terão escolaridade superior a de seus pais, e 25,2% terão escolaridade igual a de seus pais. Já, considerando as mães, o percentual de alunos com escolaridade superior ao de suas mães será de 70,8%, e 17,7% terão escolaridade igual a de suas mães.

Esses dados indicam que as condições de acesso à educação superior estão favorecendo os indivíduos de modo a terem mais escolaridade que as gerações que os precederam, seja em razão da ampliação do número de vagas nas instituições de educação superior, ou mesmo em decorrência das políticas de ações afirmativas. As ações postas em favor da democratização do acesso à educação superior, portanto, impactam de forma positiva na escolaridade das novas gerações de brasileiros.

O perfil dos estudantes segundo raça/etnia possibilita a compreensão das possíveis alterações no perfil étnico-racial dos estudantes na universidade. Em se considerando as características étnico-raciais dos ingressantes na UFG de 2009 a 2012, constata-se que o corpo discente da Universidade, a partir do programa UFGInclui, foi constituído prioritariamente por estudantes brancos (50,75%), seguidos dos pardos (34,21%), pretos (10,01%), amarelos (4,33%) e indígenas (0,35%).

Tabela 02: Perfil étnico-racial dos ingressantes na UFG (2009-2012), da população goiana (2010) e da população brasileira (2011)

Perfil étnico-racial	UFG (2009-2012)	Goiás (2010)	Brasil (2011)
Branços	50,75%	41,67%	47,8%
Pardos	34,21%	50,01%	43,1%
Pretos	10,01%	6,52%	8,2%
Indígenas	0,35%	0,14%	0,4%

Fonte: CS/UFG; Censo demográfico, 2010; Pnad, 2011.

Comparando o perfil étnico-racial dos ingressantes na UFG com os da população brasileira (Pnad, 2011) e população goiana (Censo Demográfico, 2010), o quadro que se apresenta é o seguinte: o percentual de brancos na UFG (50,75) revelou-se maior que a média nacional (47,8%), e também a de Goiás (41,67%) nesse grupo racial. Em se considerando os negros, a representatividade dos mesmos na UFG foi de 10,01%, também maior que a média nacional (8,2%) e que a média goiana (6,52%). Já a composição dos pardos na universidade (34,21%) foi menor que no país (43,1%) e no estado de Goiás (50,01%). Em se tratando dos indígenas, a média de composição desse grupo étnico na UFG foi de 0,35%, menor que a média brasileira (0,4%), porém, maior que a goiana (0,14%). Assim sendo, nota-se que não houve uma manutenção da configuração étnico-racial da população brasileira, tampouco da goiana, no corpo discente da UFG, mas houve uma inserção importante de negros na Universidade, como resultado do UFGInclui.

Outro elemento que merece atenção é o percentual de inscritos e classificados por raça/cor nos vestibulares da UFG de 2009 a 2012. Constatou-se que o percentual de inscritos e classificados foi constante, o que pode ser comprovado a partir dos dados de 2012, em que 48,2% dos inscritos eram brancos e foram aprovados 48,2% de brancos. Já no grupo dos pardos a diferença entre inscritos e aprovado existiu, apesar de se mostrar muito pequena, sendo que, do total de inscritos, 37,5% se declararam pardos, e, dos aprovados, os pardos representaram 36,9% do total de alunos. Situação parecida aconteceu em relação aos amarelos, que compuseram 5% dos inscritos e 4,2% dos classificados. No grupo dos indígenas, o percentual de inscritos e de classificados foi idêntico, de 0,3%. Já em se tratando dos negros, o percentual de inscritos foi de 8,6%, e o de classificados foi de 10,2%. No caso dos negros, o percentual de classificados foi maior que o de inscritos e explica-se pelo fato de que estes conseguiram ocupar as vagas remanescentes dos outros grupos étnico-raciais, como os pardos e amarelos. O que se observa, de modo geral, é que o número de aprovados foi diretamente proporcional ao número de inscritos, o que implica em reconhecer que, pelo processo de inclusão, os grupos étnico-raciais que se inscreveram conseguiram ingressar na Universidade.

O perfil socioeconômico dos estudantes e de suas famílias, por sua vez, visa a traçar um panorama de suas condições econômicas de modo a compreender de que modo elas afetam as condições de estudo. A análise dos aspectos econômicos dos classificados no vestibular para ingresso no primeiro semestre de 2012 da UFG indica que a maior parte dos alunos classificados (62,3%) não possuía renda própria. 32,4% possuíam renda própria de até dois salários mínimos, 4,5% possuíam renda própria entre dois e oito salários mínimos, e apenas 1,4% do alunado classificado possuía renda própria maior que oito salários. Desse modo, o corpo discente da Universidade revelou-se constituído majoritariamente por pessoas de baixa renda.

Essa afirmação é ainda comprovada por outros dados. 63,6% dos classificados no vestibular para ingresso no primeiro semestre de 2012 não trabalhavam; 13,3% eram parcialmente sustentados pela família; 7,3% responsabilizavam-se por seu próprio sustento; 8,7% contribuíam tanto para seu próprio sustento quanto ajudavam no da família ou de outras pessoas; 4,1% eram responsáveis pelo próprio sustento e o de toda a família; e 3% declararam viver em outra situação.

Essa fragilidade econômica também pode ser constatada ao se observar a renda familiar dos classificados nos vestibulares da UFG. No processo seletivo para ingresso no primeiro semestre de 2012, 63,7% dos classificados possuíam renda familiar de no máximo quatro salários mínimos; 18,6% de quatro a oito salários mínimos; e somente 6,2% tinham renda familiar superior a oito salários mínimos.

É importante considerar, ainda, que a despeito do quadro de fragilidade financeira apresentado pelo alunado da UFG, em média 46% dos classificados manifestaram pretensão de se manterem na graduação com recurso dos pais. Significa, portanto, que mesmo com condições financeiras deficitárias, as famílias se sacrificam para colaborarem com a manutenção de seus filhos na universidade. Além desses alunos que declararam que seriam mantidos na Universidade com recursos financeiros dos pais, um percentual médio de 39,02% manifestou a pretensão de se manter durante a graduação trabalhando; 12,86% declarou a expectativa de se manter com o auxílio de bolsa de estudos; e em média 2,11% dos classificados declarou a tendência de custear seus estudos com a ajuda de outros, caso em que a fonte de renda não foi declarada.

A demanda por bolsas de estudos, apresentada por 12,86% dos ingressantes como um recurso para se manterem durante a graduação, relaciona-se diretamente aos serviços complementares de assistência estudantil. Sendo assim, considerando as dificuldades de ordem financeira enfrentadas pelos estudantes que ingressam na UFG, bem como a falta de recursos para se manterem durante a graduação, os estudantes manifestaram demanda por alguns serviços complementares.

Dentre os serviços complementares apresentados aos alunos, o mais almejado foi a bolsa trabalho, prioridade de, em média, 43,47% dos

classificados de 2009 a 2012. Os demais serviços demandados pelos estudantes para sua subsistência na universidade foram o alojamento (9,26%), atividades de esporte e lazer (13,05%), bolsa alimentação (9,75%), e programas culturais e artísticos (16,13%). Portanto, para além de ajuda financeira, os alunos necessitam de programas e ações voltadas ao lazer e à cultura.

Em se tratando dos itens em que os estudantes investem o seu orçamento familiar, identificou-se que grande parte dos alunos investiu pouco em educação, sendo que apenas 16,5% da renda familiar, em média, foi dedicada a esse item. Isso porque a maior parte da renda dos alunos ingressantes na UFG foi destinada a suprir necessidades mais emergenciais, como alimentação (54,4%), por exemplo. A educação, no caso, mostrou-se a segunda prioridade dos alunos, seguida de moradia (14%), médico e dentista (7,3%), transporte (4,3%), lazer/viagem (2,6%) e vestuário (0,9%).

Outro fator objeto de investigação foi a forma como os ingressantes na UFG se preparam para o ingresso na universidade, bem como a origem escolar dos mesmos. Identificou-se, a partir dos dados referentes à preparação dos estudantes para o vestibular da UFG, que, em média, 7,66% dos alunos classificados de 2009 a 2012, por mais que não tivessem participado de um cursinho específico para o vestibular, passaram por um processo especial de preparo, de forma conjunta com o ensino médio.

Outra constatação foi a de que, para ingresso no segundo semestre letivo, o percentual de ingressantes que participaram de algum tipo de preparatório foi mais elevado que no primeiro semestre letivo. Para ingresso no segundo semestre de 2010, 65,9% dos estudantes mencionaram ter participado de cursinho pré-vestibular por um determinado período, ao passo que somente 29,3% dos estudantes classificados não participaram dos preparatórios, e 4,7% declararam ter realizado revisão dos anos anteriores no terceiro ano do ensino médio. Já no ano de 2011, para ingresso no segundo semestre o percentual de alunos que declarou ter participado de curso pré-vestibular foi de 49,8%; 40,3% afirmaram não terem participado desse tipo de preparatório e 10% dos alunos classificados disseram que no terceiro ano do ensino médio passaram por uma revisão dos anos anteriores. Considerando o grupo de estudantes que ingressaram no primeiro semestre letivo de cada ano letivo, o percentual de ingressantes que teve acesso a pré-vestibular ou a revisão de conteúdo programático do ensino médio em 2009 foi de 47,5%, em 2010 foi de 49,2%, em 2011 o índice foi de 45,2% e para ingresso no primeiro semestre de 2012 o percentual foi de 46,2%.

O dado estatístico de que os estudantes que ingressam no segundo semestre participam mais de cursos preparatórios pré-vestibulares que os ingressantes do primeiro semestre pode estar relacionado ao fato de que por não terem conseguido ingresso nas instituições de educação superior no primeiro semestre letivo, imediatamente após terem concluído o ensino médio, os estudantes acabam matriculando em cursinhos pré-vestibulares. Desse modo, no segundo semestre, já passaram, em algum momento, por

cursos preparatórios.

Outro dado que confirma essa hipótese é o fato de que o número de alunos que ingressam na UFG no primeiro vestibular é baixo, com média de 33,15% nos vestibulares para ingresso no primeiro semestre letivo e de 11,2% para ingresso no segundo semestre letivo. O percentual mais baixo de alunos que ingressam no segundo semestre letivo e que declaram nunca terem prestado vestibular dá-se em razão de que a maioria dos jovens concluem o ensino médio e imediatamente já se inscrevem nos exames vestibulares, sendo que apenas uma pequena parcela opta por participar dos processos seletivos apenas posteriormente.

Também é importante ressaltar que o maior percentual de alunos que prestaram os processos seletivos para ingresso nos primeiros semestres na UFG foi composto por estudantes que declararam nunca terem prestado o vestibular, os quais representam em média 33,15% do total, ou por estudantes que afirmaram tê-lo prestado uma única vez, que representam 30%. Já considerando os ingressantes do segundo semestre letivo, esse quadro se alterou, e a maioria dos estudantes passou a ser dos que realizaram o vestibular uma vez (35,6%) ou duas vezes (23,35%). Esse indicativo também reforça a hipótese de que os estudantes que não conseguem ingressar no primeiro vestibular prestado fazem cursinho pré-vestibular e voltam a participar de novo processo seletivo no segundo semestre, o que eleva o quantitativo de ingressantes no segundo semestre que já tenham participado de um ou dois vestibulares.

Em relação ao tipo de estabelecimento onde os classificados nos vestibulares da UFG de 2009 a 2012 cursaram o ensino fundamental, o percentual médio de estudantes que estudaram apenas em instituições públicas foi de 50,7%. Porém, nos processos seletivos para ingresso no segundo semestre, observa-se que o percentual de jovens aprovados que estudaram apenas em escolas da rede privada foi mais elevado. No vestibular para ingresso no segundo semestre de 2011, por exemplo, do total de classificados, 31,1% declararam ter cursado os dois últimos anos do ensino fundamental em escolas pública, e a maioria, 61,4%, afirmaram ter cursado em escolas privadas.

Considerando o ensino médio ou equivalente, os dados apontam para o mesmo retrato do ensino fundamental, com predomínio de estudantes provenientes da rede pública ingressantes no primeiro semestre letivo, e nos processos para ingresso no segundo semestre letivo com predominância de estudantes provenientes da rede privada. Em 2010, 61,1% dos classificados eram provenientes da rede privada de ensino, e em 2011 esse índice foi de 65,78%, sendo que, no mesmo período, os alunos ingressantes na UFG provenientes de instituições públicas de ensino representaram 29,3% e 26,9% do alunado, respectivamente.

A média de estudantes que cursaram o ensino médio totalmente ou maior parte em escolas da rede pública a partir da entrada em vigor do programa UFGInclui, em 2009, até o primeiro semestre de 2012, foi de 44,12%.

Já os que estudaram prioritariamente ou integralmente em instituições privadas de ensino médio representaram 54,53% do total de classificados, no mesmo período.

É necessário ponderar, contudo, que quando se considera os processos seletivos para ingresso nos segundos semestres letivos, contabilizados a partir de 2010, o percentual de estudantes provenientes de escolas da rede pública cai muito, pois, nos segundos semestres letivos os ingressantes na UFG foram prioritariamente oriundos de escolas da rede privada, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio. Se desconsiderar os ingressantes dos segundos semestres letivos de 2010 a 2012, o índice de ingressantes do ensino médio da rede pública sobe de 44,12% para 50,42%. O mesmo acontece com os estudantes do ensino fundamental da rede pública, que passam de 47,61% para 54,05%.

Comparando os dados de 2009 a 2012 com os de 1998 a 2007, período que antecedeu o programa UFGInclui, pode-se perceber que de 1998 a 2003 era maior na Universidade o número de estudantes com o ensino médio realizado em instituições da rede pública de ensino. Em 2004 o número de estudantes provenientes do ensino médio da rede pública e privada se igualou, ficando na faixa de 50% para cada grupo, e de 2005 a 2007 o percentual de estudantes da rede pública foi diminuindo de forma progressiva, chegando a 43% em 2007.

Com a implantação do programa de cotas, que se destina especialmente aos estudantes provenientes da rede pública de ensino e negros também provenientes da rede pública, esse quadro de baixa quantidade de alunos egressos de escolas de ensino fundamental e médio públicas começou a ser alterado. Em 2009, o percentual de estudantes egressos do ensino médio público subiu para 47,8%; no primeiro semestre de 2010 para 50,6%, no primeiro semestre de 2011 teve uma queda, atingindo o percentual de 48,8%; e no primeiro semestre de 2012 atingiu a maioria das vagas, passando para 54,5% dos alunos ingressantes na Universidade. Porém, nos processos seletivos para ingresso no segundo semestre letivo de cada ano, a tendência que se observa é de queda no percentual de alunos provenientes da rede pública de ensino, sendo que esse índice atingiu 33,5% no segundo semestre de 2010 e 29,5% no segundo semestre de 2011.

Diante dessa configuração dos estudantes provenientes de escolas da rede pública na UFG, é necessário ressaltar que, até o ano de 2008 os processos seletivos na universidade eram realizados apenas uma vez por ano, para ingresso nos primeiros semestres letivos. O que se percebe, portanto, é que a partir da instituição do vestibular semestral é que, no geral, a média dos estudantes oriundos da rede pública de ensino diminuiu na Universidade. Esse fato, portanto, está relacionado ao fato de que os cursos ofertados no segundo semestre letivo (Agronomia, Ciências da Computação, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Química, Sistemas de Informação, Gestão de Informação, Farmácia, Medicina Veterinária, Nutrição,

Administração, Ciências Contábeis, Música e Direção e Produção de Arte), são cursos de maior prestígio social, e que, de modo geral, têm poucos ingressantes da rede pública.

É importante salientar, ainda, que nos cursos de menor prestígio social da UFG, como as licenciaturas, o percentual de alunos que cursaram o ensino médio totalmente em escolas da rede pública sempre se mostrou bastante elevado, mesmo antes da instituição do programa de cotas, o UFGInclui. Ao se observar o percentual de alunos inscritos e ingressantes na UFG provenientes de escolas da rede pública entre os anos de 2004 a 2008, identifica-se pelo perfil do alunado que estudantes provenientes da rede pública de ensino sempre conseguiram ingressar em grande número em cursos como Física (lic. noturno), Matemática (lic. noturno), Biblioteconomia (bac.), Geografia (lic.), Pedagogia (lic.) e Educação Musical (lic. em Canto e Instrumentos Musicais), em Goiânia, bem como em todos os cursos dos câmpus do interior, exceto no curso de Direito na Cidade de Goiás, que apesar de possuir uma grande demanda de candidatos oriundos de escolas da rede pública (55,3%), no período de 2004 a 2008, em média, apenas 39,2% dos candidatos dessa rede de ensino conseguiram ingressar.

Nos cursos mais elitizados da UFG, como os da área de engenharias e da área médica, a situação dos egressos da rede pública mostra-se diferente, visto que o índice desses estudantes que ocupam as vagas desses cursos é muito baixo. De 2004 a 2008 a taxa de ocupação de vagas por alunos provenientes do ensino médio público nos cursos de maior prestígio social, em ordem descendente de ingressos, foi: em Jataí: Direito (noturno): 39,2%; em Goiânia: Matemática (lic. ou bac.): 36,7%, Ciências Biológicas (lic.): 33,3%, Química (lic. ou bac.): 28,3%, Física (bac.): 26%, Enfermagem: 16,8%, Ciências da Computação: 15,5%, Agronomia: 13,7%, Direito (not.): 12,3%, Administração: 8,9%, Medicina Veterinária: 8,8%, Engenharia Elétrica: 7,8%, Ciências Biológicas (bac.): 7,3%, Engenharia Civil: 6%, Odontologia: 5%, Medicina: 4,5%, e Direito (mat.): 4%. Como se pode observar, quanto maior o prestígio social do curso superior, menor o percentual de ingressantes provenientes de escolas da rede pública.

Outro fator a se notar é que, nos cursos de mais elevado prestígio social, não somente o percentual de ingresso dos estudantes provenientes da rede pública de ensino foi baixo, mas também a demanda desses alunos mostrou-se pequena. De 2004 a 2008, o índice de inscritos nos vestibulares da UFG oriundos do ensino médio público foi de 37,2% no curso de Agronomia, 28,1% em Engenharia Civil, 32,6% em Engenharia Elétrica, 36,2% em Ciências Biológicas (bac.), 31,4% em Medicina Veterinária, 25,4% em Direito (mat.), 27,1% em Odontologia e 18,3% em Medicina, sendo este o curso com a menor demanda de estudantes provenientes de escolas públicas. Sendo assim, o que se percebe é que os cursos mais elitizados da Universidade excluem os alunos da rede pública de ensino mesmo antes do processo seletivo, no ato da inscrição, tendo em vista que é difundida na sociedade a ideia de que esses são cursos com maior demanda, nos quais é mais difícil obter aprovação, além do

que, também, são cursos que dificultam a permanência em razão de serem, a maioria, integrais, e com elevado custo de materiais e recursos de aprendizagem necessários para sua realização.

Enfim, a distinção entre as profissões conjuga fatores intrínsecos e extrínsecos ao processo de formação nos cursos superiores. Um elemento a ser observado refere-se às demandas por certos cursos na universidade, o que reflete uma forte seletividade social, e explicita a tendência histórica de se conferir maior ou menor prestígio social/reconhecimento a certas carreiras. Nesse campo, introduz-se a noção de cursos de elite, ou seja, os de maior reconhecimento, assim como a progressiva depreciação de certas áreas, em especial, as licenciaturas (ENGUIITA, 1991).

Está claro, a partir dos dados dessa pesquisa, que a seletividade tem início no processo de escolha da carreira. Nesses termos, não tem como não concluir que a estratificação social define as profissões, salvo raríssimas exceções.

Quem são os estudantes que elegem o UFGInclui como mecanismo de acesso à educação superior?

Considerando os aspectos referentes à origem escolar e raça/cor dos estudantes classificados nos vestibulares da UFG de 2009 a 2012, pode-se identificar que há um grande número de alunos que estariam aptos a se beneficiar do programa UFGInclui, mas nem por isso se vinculam a ele. No vestibular para ingresso no primeiro semestre de 2012, por exemplo, no questionário socioeconômico 51,5% dos estudantes declararam ter cursado os últimos dois anos do ensino fundamental em escola pública, e 49,9% afirmaram ter cursado o ensino médio ou equivalente totalmente em escola pública. Subentende-se, desse modo, que independentemente do critério racial, um índice expressivo de estudantes poderia se inscrever pelo programa de cotas. Porém, o que se nota é que do total de inscritos no referido processo seletivo, apenas 26,62% optaram pelo UFGInclui, incluindo egressos de escola pública, negros egressos de escola pública, indígenas e quilombolas. Depreende-se, pois, que houve um quantitativo expressivo de candidatos aptos a concorrerem pelo programa de cotas, que não se valeram do benefício. Já analisando os alunos que ingressam na UFG pelo programa UFGInclui, é imperioso observar que em alguns cursos de graduação da Universidade, tanto em Goiânia quanto nos câmpus do interior, não houve alunos cotistas no período de 2009 a 2012.

No vestibular para ingresso no primeiro semestre de 2011, por exemplo, foram ofertadas vagas em 125 cursos da UFG, no câmpus de Goiânia, Catalão, Jataí e Goiás. Desse total de cursos, em apenas 30 houve convocação de cotistas para a segunda etapa do processo seletivo, sendo os seguintes cursos:

Quadro 01: Cursos com alunos cotistas convocados para a Segunda fase do vestibular da UFG para ingresso no primeiro semestre de 2011

GOIÂNIA	JATAÍ	CATALÃO	GOIÁS
Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Computação (bac.), Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia Ambiental, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química (bac.), Biomedicina (bac.), Ciências Biológicas (bac.), Biotecnologia (bac.), Ciências Biológicas (lic.), Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária (bac.), Nutrição, Odontologia, Administração, Ciências Contábeis (bac.), Ciências Econômicas (bac.), Comunicação Social (bacharelado em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e em Relações Públicas), Direito, Psicologia (específico da profissão Psicólogo e formação de professor em Psicologia), Artes Visuais (bacharelado em Design de Interiores e em Design Gráfico), Design de Moda (bac.).	Agronomia e Medicina Veterinária (bac.)	Ciências da Computação (bac.), Engenharia Civil e Engenharia de Minas	Direito

Fonte: CS/UFG.

Portanto, em 95 dos cursos não houve a necessidade de cotas para os convocados para a segunda etapa do processo seletivo.

Ainda em se tratando do vestibular para ingresso no primeiro semestre de 2011, e considerando os 30 cursos em que houve ingresso de cotistas, em apenas 2 cursos houve ingressantes por meio de todas as modalidades de cotas (egressos de escola pública, negros egressos de escolas públicas, indígenas e quilombolas). Em 16 cursos houve ingressantes negros egressos de escola pública; em 5 cursos ingressaram tanto egressos de escola pública quanto negros egressos de escola pública; em 2 cursos ingressaram egressos de escola pública e quilombola; e em 1 curso ingressaram negros egressos de escola pública, indígena e quilombola; e também em apenas 1 curso ingressaram negro escola pública e indígena. Não houve, portanto, nenhum curso em que ingressassem apenas indígenas, somente egressos de escola pública ou exclusivamente quilombolas.

Esses dados ainda indicam que em todos os 30 cursos, a modalidade de cota negro egresso de escola pública se fez presente, o que implica em reconhecer que esse é o público mais favorecido pela política de inclusão social na Universidade. Já os egressos de escola pública ingressaram em 9 cursos, os indígenas em 6, e os quilombolas também em 6 cursos.

No vestibular para ingresso no primeiro semestre de 2012, não houve cotistas nos seguintes cursos:

Quadro 02: Cursos da UFG em que não houve alunos cotistas para ingresso no primeiro semestre de 2012

GOIÂNIA	JATAÍ	CATALÃO	GOIÁS
Estatística, Ecologia e Análise Ambiental, Ciências Sociais, Museologia, Filosofia, Letras (licenciatura em Espanhol, Francês, Português e os bacharelados), Música (bacharelado em Instrumento Musical e em Ensino do Instrumento Musical) e Musicoterapia.	Física, Matemática, Química (bac. e lic.), Ciências Biológicas (bac. e lic.), Educação Física (lic.), Geografia, História, Letras (licenciatura em Português e em Inglês) e Pedagogia (mat.).	Física, Matemática, Ciências Biológicas (lic.), Ciências Sociais, Geografia (lic.), História e Letras (licenciatura em Português e Inglês).	Filosofia.

Fonte: CS/UFG.

Entretanto, no mesmo processo seletivo houve cursos em que a totalidade de vagas destinadas para os estudantes cotistas foram integralmente ocupadas.

Quadro 03: Cursos da UFG em que a totalidade das vagas destinadas aos alunos cotistas para ingresso no primeiro semestre de 2012 foram preenchidas

GOIÂNIA	JATAÍ	CATALÃO
Ciências da Computação, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia Ambiental, Engenharia Elétrica, Engenharia de Software, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Sistemas de Informação, Biomedicina, Biotecnologia, Ciências Biológicas (lic. noturno), Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Administração, Ciências Econômicas (mat. e not.), Comunicação Social (habilitação em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas), Direito (mat. e not.), Psicologia, Design de Ambientes, Artes Visuais e Design de Moda.	Medicina Veterinária e Direito.	Engenharia Civil e Psicologia.

Fonte: CS/UFG.

Verifica-se que o percentual de vagas destinadas ao programa UFGInclui não foi integralmente ocupado no período estudado. No primeiro semestre de 2009, do total de vagas disponibilizadas pelo UFGInclui para alunos da rede pública, apenas 14,28% foram ocupadas, ao passo que das vagas destinadas aos negros provenientes de escola pública a taxa de ocupação de vagas foi de 41,86%. Do total das vagas destinadas às cotas, apenas 21,80% foram ocupadas. No segundo semestre do mesmo ano, 83,63% das vagas destinadas às cotas foram preenchidas, sendo que das vagas reservadas aos egressos de escola pública 70,90% foram ocupadas, e das

destinadas aos negros egressos de escola pública 96,36% foram completadas.

Em 2010 a taxa de ocupação de vagas no primeiro semestre pelos egressos de escola pública foi de 13,22%, e para os negros egressos de escola pública de 33,51%. No total, o índice de ocupação de vagas destinadas às cotas foi de 23,36%. No segundo semestre do mesmo ano a taxa de ocupação de vagas destinadas às cotas foi de 93,07%, sendo que, das vagas reservadas aos egressos de escola pública, 96,92% foram ocupadas, e das vagas destinadas aos negros egressos de escola pública, 89,23% foram preenchidas.

No ano de 2011, no primeiro semestre, apenas 14,66% das vagas destinadas aos estudantes provenientes de escolas da rede pública foram ocupadas, e das direcionadas para os negros egressos de escolas públicas, 38,9% foram preenchidas. Do total, 26,78% das vagas dos cotistas foram ocupadas. No segundo semestre, a taxa total de ocupação das vagas das cotas foi de 70,76%, sendo que a ocupação das vagas direcionadas para os alunos provenientes de escolas públicas foi de 63,07% e dos negros egressos de escola pública a taxa de ocupação foi de 78,46%.

Já em 2012, no primeiro semestre, o índice de ocupação das vagas destinadas aos egressos de escola pública foi de 73,99% e o preenchimento das vagas reservadas aos negros egressos de escola pública foi de 41,92%. No total, 57,95% das vagas reservadas aos cotistas foram ocupadas.

Tabela 03: Taxa de ocupação das vagas destinadas ao programa UFGInclui de 2009 a 2012

Taxa de ocupação	2009		2010		2011		2012
	1 sem.	2 sem.	1 sem.	2 sem.	1 sem.	2 sem.	1 sem.
Egressos da rede pública	14,28%	70,90%	13,22%	96,92%	14,66%	63,07%	73,99%
Negros egressos da rede pública	41,86%	96,36%	33,5%	89,23%	38,9%	78,46%	41,92%
Total das cotas	21,80%	83,63%	23,36%	93,07%	26,78%	70,76%	57,95%

Fonte: CS/UFG.

O que se identifica, pelos dados apresentados, é que a maior ocupação das vagas destinadas ao programa UFGInclui se deu para ingresso no segundo semestre letivo, o que se justifica pela atratividade dos cursos, que são os de mais elevado prestígio social. Para ingresso no primeiro semestre letivo de cada ano, a variedade de oferta de cursos é mais acentuada, pois nesse período são ofertadas vagas também nos cursos menos demandados, especialmente nas licenciaturas, de modo que nesse período as cotas são pouco utilizadas, visto que, nesse contexto, os alunos, mesmo se inscrevendo pelo programa UFGInclui, conseguem notas suficientes para serem aprovados, a despeito da reserva de vagas.

Desempenho dos alunos cotistas no vestibular e após o ingresso na universidade

O desempenho dos alunos optantes pelo programa UFGInclui no momento do vestibular é extremamente satisfatório, isso considerando que na grande maioria dos cursos de menor prestígio social os alunos conseguem ingressar a despeito da reserva de vagas, bem como as notas obtidas pelos cotistas nos processos seletivos.

No vestibular para ingresso no primeiro semestre de 2009, os alunos cotistas tiveram nota de ingresso mais elevada que os alunos optantes pelo sistema universal em 68,64% dos cursos; para ingresso no primeiro semestre de 2010 esse índice foi de 71,77%; e para ingresso no primeiro semestre de 2011 o desempenho dos candidatos cotistas foi melhor que o dos candidatos não cotistas em 73,01% dos cursos. Já para ingresso nos segundos semestres letivos, o desempenho dos alunos optantes pelo sistema universal revelou-se maior, sendo que, no segundo semestre de 2009 o desempenho dos alunos não cotistas foi mais elevado em 80% dos cursos, no segundo semestre de 2010 em 88,23% do total de cursos, e no segundo semestre de 2011 também em 88,23%, o que se explica em razão do tipo de cursos prioritariamente ofertados no segundo semestre letivo, que são em maioria de elevado prestígio social.

É necessário apontar ainda que, mesmo quando a menor nota dos ingressantes da UFG foi dos alunos optantes pelo UFGInclui, a diferença de nota entre eles e os optantes pelo sistema universal foi bastante pequena, o que não indica que os cotistas sejam menos capazes. A maior dificuldade constatada foi em relação aos negros egressos de escola pública, visto que foi esse público que possuiu as menores notas nos processos seletivos, e estas sim destoam de forma significativa das notas dos alunos egressos da rede pública não negros, e mais ainda dos alunos do sistema universal. A nota para ingresso na UFG dos negros provenientes de escolas da rede pública de ensino foi menor em todos os cursos em que houve ingressantes por meio das cotas no primeiro semestre de 2011. Depreende-se, pois, que os negros estão, de fato, em desvantagem no acesso à educação em todos os níveis, pois, mesmo sendo egressos de uma mesma rede de ensino, a pública, eles apresentam desempenho inferior aos alunos não negros.

Os dados também apontam para o fato de que os cursos em que a maior nota de ingresso no vestibular da UFG são dos alunos ingressantes pelo sistema universal são os cursos mais elitizados. Isso confirma o pressuposto anteriormente apresentado de que nos cursos de menor prestígio social, como os das áreas de humanas e nas licenciaturas os estudantes que se inscrevem pelo programa UFGInclui conseguem notas suficientes para ingressarem sem o auxílio das cotas. Outro dado importante é que nos cursos de menor prestígio social a nota dos optantes pelo UFGInclui é maior que a dos optantes pelo sistema universal, o que indica que, para ingressar nesses cursos, os estudantes pouco se esforçam para conseguirem médias elevadas, uma vez que

reconhecem que a demanda e a média de corte para ingresso nesses cursos são baixas.

Considerando os dados do vestibular para ingresso no primeiro semestre de 2012, identifica-se que, para ingresso nos cursos menos elitizados, as médias¹ dos alunos no vestibular foram baixas, como foi o caso dos seguintes cursos: em Goiânia: Ciências Sociais (bac. ou lic.): 64,5 pontos, Filosofia (bac.): 64 pontos e Letras (lic. Português): 69 pontos; em Jataí: Física (lic.): 77,5 pontos, Matemática (lic.): 57,25 pontos, Química (lic.): 72,5 pontos, Química (bac.): 76 pontos, Ciências Biológicas (bac.): 70 pontos, Educação Física (lic.): 69 pontos, Geografia (lic. ou bac.): 46,75 pontos, História (lic.): 46,75 pontos, Letras (lic. Português): 67,25 pontos; em Catalão: Física (lic.): 68,25 pontos, Matemática (lic.): 72,75 pontos, Ciências Biológicas (lic.): 76,75 pontos, Ciências Sociais (bac.): 66,5 pontos, Geografia (lic.): 66,5 pontos, História (lic. ou bac.): 58,75 pontos, Letras (lic. Português matutino): 72,93 pontos, Letras (lic. Português noturno): 66 pontos; e em Goiás: Filosofia (lic.): 63,75 pontos.

Se tratando dos cursos de maior prestígio social, no mesmo período, as notas mínimas para ingresso foram: em Goiânia: Arquitetura e Urbanismo: 252,12 pontos, Engenharia Civil: 252,25 pontos, Engenharia Elétrica: 217,61 pontos, Engenharia Mecânica: 223,2 pontos, Engenharia Química: 229,2 pontos, Medicina: 271,5 pontos, Direito (mat.): 243 pontos, Direito (not.): 240 pontos e Psicologia: 204,15 pontos; em Jataí: Agronomia: 140,97 pontos, Engenharia Florestal: 118,55 pontos, Biomedicina: 141,48 pontos, Enfermagem: 116,75 pontos, Fisioterapia: 119,5 pontos, Medicina Veterinária: 151,75 pontos, Psicologia: 156,46 pontos; em Catalão: Engenharia Civil: 205,5 pontos, Engenharia de Minas: 176,27 pontos, Engenharia de Produção: 160,28 pontos, Ciências da Computação: 156,46 pontos, Administração: 152,78 pontos, e Psicologia: 159,95 pontos; em Goiás: Direito: 193,16 pontos.

O que se percebe, desse modo, é que a nota mínima de corte do vestibular da UFG mostrou-se significativamente mais elevada nos cursos mais elitizados da instituição, o que faz com que os alunos pertencentes a grupos historicamente excluídos tenham dificuldades de acesso a esses cursos. Isso porque, alunos provenientes da rede privada de educação básica normalmente possuem uma formação mais direcionada para os vestibulares, de modo que são capacitados, ao longo do ensino médio, a concorrerem nos processos seletivos de maior demanda do país.

Os dados indicam, portanto, que no momento do vestibular, o grupo de estudantes que teve acesso a uma formação com mais qualidade e focada na preparação para as seleções das universidades sobressaem de forma expressiva em se comparando com os provenientes de escolas da rede pública. Sendo assim, conseguem garantir vagas nos cursos de maior prestígio, que também são os mais concorridos e que requerem maior nota no vestibular para ingresso. A necessidade de cotas, nesse sentido, dá-se com vistas a democratizar o acesso aos cursos mais elitizados nas universidades.

Mas, para além do acesso, é importante verificar o desempenho dos

estudantes cotistas após o ingresso na universidade. Nesse sentido, no caso da UFG, é necessário desmistificar a baixa capacidade de aprendizado, bem como o baixo desempenho dos mesmos na graduação. Isso porque dados do Cercomp (Centro de Recursos Computacionais da UFG) de 2011 revelam que os estudantes que ingressaram por meio do UFGInclui na universidade em 2009 tiveram média global geral² de 6,46, ao passo que os ingressantes pelo sistema universal tiveram média de 6,55. A mesma realidade foi constatada com os ingressantes de 2010, em que a média dos alunos cotistas foi de 5,95 e a dos alunos não cotistas foi de 6,11. Não se nega que houve uma diferença na média, mas não significa que essa média superior dos alunos do sistema universal tenha se efetivado em todos os cursos ou áreas, pois esse foi o resultado apenas da média global geral.

A média nas disciplinas de Núcleo Comum e Núcleo Específico, em 2009, no curso de Medicina, foi de 7,59, para os alunos do sistema universal, e 7,36, para os alunos do UFGInclui. No curso de Engenharia Civil, no mesmo período, a média dos alunos não cotistas foi de 7,46 e a dos alunos cotistas foi de 6,70. No curso de Administração a média foi de 6,50 para os alunos do sistema universal e de 5,27 para os alunos do UFGInclui. No curso de Física (licenciatura), por sua vez, a média dos alunos ingressantes pelo programa de cotas foi de 6,81, e a dos alunos do sistema universal foi de 6,51. O mesmo ocorreu com o curso de Pedagogia, que teve média 7,98 dos alunos cotistas e média de 7,48 dos alunos do sistema universal.

Os dados indicam que nos cursos de licenciatura os ingressantes pelo UFGInclui se sobressaem em notas, e nos cursos de bacharelado, incluindo as engenharias, as maiores notas são dos alunos não cotistas. No entanto, há que se ressaltar que a diferença entre as notas é muito pequena, o que indica um desempenho muito próximo de ambos os grupos de alunos. Sendo assim, mesmo nos casos em que os alunos cotistas possuem menor média, os dados revelam desempenho satisfatório dos mesmos, o que é um indicativo de que esses alunos, mesmo ingressando por um mecanismo de reserva de vagas, não se mantêm aquém dos alunos que ingressam pelo sistema universal. Considerando que houve cursos em que os cotistas se sobressaíram e outros em que os não cotistas se destacaram, depreende-se que após o ingresso na Universidade, o desempenho geral dos alunos mostrou-se relativamente próximo.

Considerações finais

A partir dos anos 2000, uma série de políticas voltadas para o processo de democratização das condições de acesso à educação superior foi empreendida no Brasil. Foram desenvolvidas ações em âmbito nacional, atingindo a totalidade das instituições de educação superior, mas também foram desenvolvidas ações pontuais, específicas em cada universidade. Esse foi

o caso da UFG, que em meio aos programas de cotas que vinham sendo instituídos em outras universidades do país, criou, em 2008, o programa UFGInclui. Assim, a universidade efetivou uma política voltada para o acesso de grupos com histórico de exclusão da Universidade.

No caso da UFG, ao traduzir os resultados da política de cotas nos primeiros anos do programa, de 2009 a 2012, o que se nota é que, sem o auxílio da política de cotas, os estudantes com histórico de exclusão, como os provenientes de escolas públicas, negros provenientes de escolas públicas, indígenas e quilombolas conseguem ingressar na Universidade, mas não nos cursos de maior prestígio social. Nesse sentido, as ações afirmativas instituídas por meio do programa UFGInclui constituem uma medida importante para integrar esses grupos de alunos nos cursos mais elitizados.

As cotas, portanto, apesar de não constituírem uma solução para o problema da exclusão social no país, constituem um grande avanço, na medida em que contribuem para um processo de deselitização da universidade pública. A reserva de vagas, nesse sentido, possibilita que indivíduos antes excluídos do acesso à educação superior em razão de suas condições sociais, econômicas, étnico-raciais ou culturais tenham acesso a cursos, cujo acesso antes era dificultado.

A necessidade de cotas na UFG, portanto, relaciona-se diretamente com o tipo de curso, sendo que, nos de menor prestígio social, como é o caso dos cursos da área de humanas e nas licenciaturas, de modo geral, os alunos que se enquadram no critério de cotistas conseguem sobressair em termos de desempenho em relação aos alunos optantes pelo sistema universal, e, assim, conseguem ingressar na Universidade a despeito da política de cotas. Entretanto, nos cursos mais elitizados, em que a demanda de candidatos por vaga mostra-se mais elevada, os alunos com o perfil para o programa de ação afirmativa necessitaram das cotas para garantir o ingresso. Nesse sentido, a necessidade de cotas se faz com vistas a democratizar o acesso aos cursos de maior prestígio.

Mas, para além da garantia do acesso, e considerando o perfil socioeconômico e as demandas por ações e programas de assistência estudantil apresentado por esses alunos, é importante que as condições de permanência sejam um ponto de investimento e melhoria do programa. Isso porque as cotas não se relacionam com medidas de proteção, sejam em aspecto econômico ou pedagógico.

Também é elementar reconhecer o comprometimento dos alunos com o seu próprio processo de inclusão social na educação superior. Os dados negam as previsões de fracasso em relação aos alunos cotistas na UFG, pois se identifica que os alunos cotistas, ao ingressarem na Universidade, conseguem lograr êxito nos estudos, como os alunos não cotistas, conseguindo atingir os índices estabelecidos pela instituição para serem aprovados e concluírem os cursos de graduação. Sendo assim, é importante enfatizar que os alunos que

ingressam pelo programa UFGInclui não são menos capazes que os ingressantes pelo sistema universal.

Pelos dados apresentados, depreende-se que o programa UFGInclui representa um avanço em termos de democratização do acesso à educação superior pública. E, mesmo que as ações empreendidas pelo programa não sejam suficientes, elas são valiosas por possibilitarem que grupos socialmente excluídos da educação superior tenham acesso à Universidade, especialmente aos cursos de maior prestígio, ainda que em proporções ínfimas.

Notas

* Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Araraquara. E-mail: chaianemr@hotmail.com

** Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás. E-mail: anamaria.23@uol.com.br

¹ Na primeira etapa, a maior nota possível é 90 pontos, e na segunda etapa a maior nota possível é 180 pontos. Sendo assim, a maior nota possível de se obter no vestibular da UFG é 270 pontos.

² A média global geral é calculada pela somatória das notas de todas as disciplinas cursadas, dividido pelo total das disciplinas cursadas, podendo o resultado ser de 1 a 10 pontos.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico** 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011**. Brasília: Ipea, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia e Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCT Inclusão). **Mapa das ações afirmativas: instituições públicas de ensino superior**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.inctinclusao.com.br/acoes-afirmativas/mapa>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

ENGUITA, Mariano Fernández. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Revista Teoria & Educação**, n. 41-61, 1991.

UFG. Centro de Recursos Computacionais (Cercomp). Análise do desempenho geral dos estudantes do UFGInclui na UFG. **Seminário Ações Afirmativas: avanços e desafios**. Goiânia: UFG/Cercomp, 2011.

UFG. Centro de Seleção (CS). Inscritos no Programa UFGInclui 2009-01. Goiânia:

UFG/CS, 2009a.

UFG. Centro de Seleção (CS). Inscritos no Programa UFGInclui 2009-02. Goiânia: UFG/CS, 2009b.

UFG. Centro de Seleção (CS). Inscritos no Programa UFGInclui 2010-01. Goiânia: UFG/CS, 2010a.

UFG. Centro de Seleção (CS). Inscritos no Programa UFGInclui 2010-02. Goiânia: UFG/CS, 2010b.

UFG. Centro de Seleção (CS). Inscritos no Programa UFGInclui 2011-01. Goiânia: UFG/CS, 2011a.

UFG. Centro de Seleção (CS). Inscritos no Programa UFGInclui 2011-02. Goiânia: UFG/CS, 2011b.

UFG. Centro de Seleção (CS). Inscritos no Programa UFGInclui 2012-01. Goiânia: UFG/CS, 2012a.

UFG. CONSUNI. Resolução CONSUNI n° 29, de 2008. Cria o Programa “UFGInclui” na Universidade Federal de Goiás e dá outras providências. Goiânia: UFG, 2008.

Recebido em: janeiro de 2015.

Aprovado em: abril de 2015.